



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 416
01/11/2013 a 07/11/2013¹

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Equipe de revisão: Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Guilherme Paul Berdu, Henrique Neto Santos, Jonathan de Araújo de Assis, Kimberly Alves Digolin, Lívia Peres Milani, Lucas Eduardo Silveira de Souza.

Equipe de redação: Aline Martins Meschiatti dos Santos, Amanda Ferreira, Barbara Renaut Hortense, Bianca Guarnieri de Jesus, Bianca Ribeiro Alves Caetano, Débora Akemi Agata, João Alberto dos Santos Junior, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Patrick Matos Gonçalves, Thassia Pedrina Bollis, Thiago Eizo Coutinho Maeda, Vitor Garcia de Oliveira Raymundo.

¹ Nos dias 01, 03 e 05 de novembro, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil apresentou à ONU projeto contra abusos de espionagem

No dia 1º de novembro, o Brasil, juntamente com a Alemanha, entregou à Organização das Nações Unidas (ONU) um projeto conjunto de resolução sobre o direito à privacidade. O documento manifesta preocupação com abusos que podem resultar de qualquer vigilância e afirma também que a interceptação, a coleta de dados pessoais e a vigilância ilegal das comunicações são atos intrusivos que violam a privacidade e a liberdade de expressão. O projeto ressalta que, embora preocupações com a segurança pública possam justificar a coleta e a proteção de certas informações confidenciais, os Estados devem assegurar o pleno cumprimento de suas obrigações no âmbito do direito internacional dos direitos humanos. Ademais, o documento demanda que os procedimentos de vigilância das comunicações sejam revistos. No projeto, Brasil e Alemanha também reconhecem a natureza global e aberta da internet como força motriz da aceleração do progresso para o desenvolvimento em suas várias formas (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/11/2013; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/11/2013; O Globo – Mundo – 02/11/2013).

Rousseff defendeu atuação da Agência Brasileira de Inteligência

No dia 6 de novembro, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, fez declarações sobre o relatório produzido pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que aponta a espionagem brasileira sobre diplomatas e embaixadas instaladas no Brasil. A presidente afirmou que o governo não cometeu ilegalidade alguma, tendo realizado ações previstas na legislação brasileira. No relatório, observou-se o monitoramento de diplomatas russos, iranianos e iraquianos em 2003 e 2004, e também de um conjunto de salas alugadas pela embaixada dos EUA em Brasília, por suspeitas de que eram usadas como estações de espionagem. Anteriormente, o ministro da Justiça do Brasil, José Eduardo Cardozo, qualificara o monitoramento como contraespionagem, e afirmara que a ação da Abin não pode ser comparada com a espionagem praticada pelos EUA, salientando que o governo brasileiro não violou os direitos dos diplomatas estrangeiros (Folha de S. Paulo – Poder – 04/11/2013; Folha de S. Paulo – Poder – 06/11/2013; Folha de S. Paulo – Poder – 07/11/2013; O Estado de S. Paulo – Política – 06/11/2013 O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/11/2013).